

ENTENDIMENTO NACIONAL ENTRE EMPRESÁRIOS E SINDICATOS

Amauri Mascaro Nascimento (*)

Entendimento nacional é um procedimento de negociações ao nível mais alto da sociedade, para determinar os rumos da política social de um país através do consenso entre os interessados visando reformas profundas de que o país necessita. Um conceituado especialista uruguaio Oscar Ermida Uriarte, coordenador regional da Organização Internacional do Trabalho para os países centro e sul-americanos, em estudo publicado no livro "Concertación Social", define-o como a participação do setor sindical, do setor empresarial e do Estado na planificação e adoção de decisões que recaem sobre os diferentes âmbitos da sociedade, mas, especialmente, o econômico e social. Aplicadas essas noções ao nosso país é possível dizer que entendimento nacional é um macro-estudo democrático das questões fundamentais que devem ser resolvidas, para que o Brasil possa superar os seus problemas estruturais e conjunturais, envolvendo a participação dos empresários, dos sindicatos e do Governo.

Nasceu nos países escandinavos em 1899 com o nome de Acordos Básicos Nacionais, prática, também, da Itália, Irlanda, Austrália, Espanha, México, Colômbia, Israel, Suécia, Holanda, República Federal da Alemanha e outros países.

Os motivos que os levaram a promover um entendimento nacional são os seguintes.

Primeiro, o convencimento de que as fórmulas tradicionais até agora utilizadas pelos Estados para enfrentar a inflação, o colapso da economia e os seus efeitos sobre o capital, o trabalho e o consumo, não são satisfatórias, talvez pela amplitude da sua dimensão maior do que a possibilidade de soluções de um grupo restrito de técnicos do Estado. O pensamento e a soma das propostas dos diversos setores diretamente envolvidos é mais proveltoza e capaz de identificar com maior fidelidade, o grau de intensidade dos problemas e a forma de superá-los com o mínimo de sacrifícios.

Segundo, a certeza da urgência e velocidade das modificações exigidas por um país para que possa no menor tempo possível ultrapassar um período de recessão e de crise, incompatível com os mecanismos jurídicos tradicionais lentos, complexos e problemáticos, como dependências e aprovação de novas leis ou de novas Constituições, daí a necessidade de formas simples de fácil e rápida revisão, adaptáveis em períodos curtos à constante alteração dos fatos econômicos.

(*) Amauri Mascaro Nascimento é Advogado - Juiz do Trabalho aposentado - Professor Titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP.

Terceiro, a necessidade do oficácla na implementação de medidas macro-econômicas e de desenvolvimento social, maior quando resultante do consenso tripartite entre Governo, empresários e sindicatos. O que é consontido é mais forte do que é impingido. Está nitido para todos nós o desgaste dos planos econômicos impostos pelo Poder Público, em sistemas de economia fechada e estatal, do tipo adotado pelos países socialistas do Leste Europeu que os inspiraram, cujos resultados nossa geração está testemunhando, suficientes para demonstrar que o caminho certo é o da economia de mercado, da livre Iniciativa empresarial, em regime de concorrência salutar e transparente, de disputa pela oficiência e de combate aos cartéis oligopólicos e dominantes. O espírito do entendimento é, entre outros, promover a retomada do crescimento econômico, a eliminação do desemprego, o equilíbrio entre salários e preços, a melhoria da máquina administrativa do Estado, a revisão da carga tributária e a eliminação do entraves como os altos juros dos financiamentos. O êxito de outros países evidentemente não nos dá a certeza do sucesso da nossa experiência, diferentes que são a nossa cultura, as características do nosso país e os tipos de problemas que enfrentamos. A situação do Brasil não é igual à da Espanha de 1970, de 38 milhões de habitantes, 900 mil desempregados e inflação anual de 26%. Mas a Espanha também encontrou obstáculos, um longo período de negociações, diversos Pactos iniciados com o de Moncloa, discutidos demoradamente, abandono da mesa de entendimento pelas Comissões Operárias e divergências naturais em procedimentos dessa amplitude, mas conseguiu fixar parâmetros máximos e mínimos para crescimento dos salários, em 1985 e 1986, de 7,5% a 5,5%, leva-da em conta a situação de cada empresa, o compromisso de paz entre os sindicatos e as empresas para evitar greves, o pluriemprego ou ocupação do mesmo emprego por mais de um empregado como forma de fazer frente ao elevado índice de desemprego, a contratação de trabalhadores em tempo parcial, a elaboração de uma nova e reduzida legislação trabalhista, o Estatuto do Trabalhador, a preparação da Espanha para participar do Mercado Comum europeu, o aumento da confiança dos empresários para novos investimentos, a redução do déficit público, um clima de maior cooperação empresarial, a reestrutura do sistema previdenciário, o aprimoramento tecnológico, o crescimento das exportações, o rigoroso combate à fraude fiscal e a redução da inflação que acabou ocorrendo.

As tentativas até hoje desenvolvidas no Brasil, iniciadas no Governo Sarney pelo Ministro Pazzianotto, continuadas por Dorotheia Werneck e agora, pelo Governo Collor, com Bernardo Cabral e Jarbas Passarinho, mostram que estamos inclinados a seguir essa mesma diretriz de outras nações. Não lograram até agora atingir objetivos, mas o caminho começou a ser percorrido, com percalços, e muitos.

O primeiro é, ao que penso, de ordem institucional, de um Brasil que nunca foi um país verdadeiramente democrático e de economia de mercado, e que se depara agora com um novo horizonte. Do Estado dirigista para não dirigista, do corporativismo para a liberdade sindical, do capitalismo dependente de incentivos do respaldo oficial para independente, de 27 anos de indexação salarial para relativa liberdade de preços e de salários que podem ser negociados, preservado um esquema mínimo de reposição oficial.

O segundo é a resistência de parte dos interlocutores sociais em ceder em favor do interesse do bem comum pondo em risco o bem particular. É difícil convencer a classe trabalhadora a aceitar que as perdas salariais não podem ser repostas pelos índices do DIEESE. Não é simples fazer com que todo o empresário assimile a idéia de que deve aproveitar com sabedoria a liberdade econômica revendo margens de lucros quando podem ser diminuídos. É lu-

tar contra uma fortaleza inexpugnável enquadrar pessoal de escalões inferiores da própria Administração do Estado, do Executivo e do Legislativo, em uma filosofia nova, inaceitável pela sua formação, do verdadeiro conceito de serviço público na moderna Administração.

No momento, o colegiado que em Brasília participa do entendimento na qualidade de representantes dos diversos setores interessados, aguardam a convocação de nova reunião que não foi ainda designada.

Será marcado o dia da próxima reunião depois de concluídos os trabalhos já iniciados pelo Ministro Jarbas Passarinho junto ao Congresso Nacional, para nele conseguir uma base parlamentar suficiente que possa dar apoio às conclusões a que o colegiado chegar, bem como trazer representantes do Parlamento para que participem das discussões que estão sendo feitas.

O tema até agora mais discutido são os elevados juros. O Governo não quer abrir mão da política de juros elevados por entender que faz parte da do quadro maior da sua política econômica e as divergências não permitiram até agora um consenso sobre a questão.

Outro tema, embora examinado discretamente, é a pressão de governadores dos Estados, resistida pelo Banco Central, para recursos do Banco Central, pretensão cuja origem não é preciso muita imaginação para imaginar. Os gastos que tiveram durante as últimas eleições estaduais.

Tem-se discutido, também, a livre negociação salarial, como forma adequada de reajustes salariais, enquanto alguns participantes pretendem a indexação de salários. O Governo também aqui resiste, posicionando-se contrário à indexação dos salários.

O que podemos esperar não é o entendimento nacional como a fórmula infalível capaz de despertar o país como se fosse uma varinha mágica da fada que com um simples toque muda tudo.

Temos que entender que o Estado somos nós também, e de nós depende, em grande parte, a responsabilidade pelos seus destinos. Sem a decidida participação das forças produtivas da nação é difícil chegar ao Brasil que todos queremos, menos conflitivo, com melhor distribuição de riquezas, com qualidade de vida e bem-estar da população.

O entendimento nacional é um meio de consolidação política da democracia, e este é o primeiro passo para a recuperação econômica, na medida em que se refletir sobre cada um de nós para que o trabalhador veja no empresário um parceiro e não um explorador, o empresário tenha no empregado um colaborador e não um adversário pronto a sabotá-lo, e ambos possam ver no Governo um órgão que, com seus erros e acertos, faz um esforço para adoção de medidas que julga acertadas para o país e que é negativa uma postura de crítica sistemática, destrutiva e radical que em nada pode ajudar.

Entendimento nacional é caminhar de mãos juntas, empresários, trabalhadores e governo, para o mesmo horizonte, é desarmar os espíritos para que possam permanecer abertos, é ver no trabalhador despedido e desempregado alguém com motivos de sobra para ser um angustiado, é perceber que a ideologia escraviza e não liberta, não é odiar, é amar o próximo, é, como no lema rotariano, prestar serviços sem pensar em recebê-los.